

OS NOVOS "VISTOS DOURADOS" EM  
PORTUGAL

## TAX &amp; BUSINESS

## I. Introdução

Atendendo à necessidade de atrair investimento estrangeiro para Portugal, o Governo criou, recentemente, um novo regime para a concessão e renovação de "vistos dourados" (golden visa) aos cidadãos de países terceiros dispostos a investir em Portugal. Este regime, designado como "ARI - Autorização de Residência para Actividade de Investimento", está previsto na Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, alterada nos termos da Lei n.º 29/2012, de 9 de Agosto. Os procedimentos e requisitos para a aplicação deste regime estão, por sua vez, previstos no Despacho n.º 11820-A/2012, de 4 de Setembro, recentemente alterado pelo Despacho n.º 1661-A/2013, de 28 de Janeiro, que simplificou a sua aplicação. Este novo regime permite que os cidadãos de países terceiros - que não sejam membros da União Europeia ou membros da Convenção que implementou o Acordo de Schengen - obtenham uma autorização de residência em Portugal, com o objectivo de permitir que desenvolvam uma actividade de investimento em território português. O regime aplica-se, também, a cidadãos de países terceiros que detêm participações no capital social de uma empresa com sede

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta. Não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte [contacto@rffadvogados.pt](mailto:contacto@rffadvogados.pt).

em Portugal, ou noutro Estado-Membro da União Europeia e com estabelecimento estável em território Português.

## II. Conceito de actividade de investimento

Para efeitos da atribuição dos “vistos dourados”, exige-se que uma actividade de investimento seja desenvolvida, directamente por um indivíduo ou através de uma sociedade, por um período mínimo de cinco anos. A actividade de investimento a desenvolver poderá corresponder a uma das seguintes opções:

- Transferência de capital num montante igual ou superior a €1.000.000,00, incluindo investimentos no capital social de sociedades;
- Criação de, pelo menos, 10 postos de trabalho, sendo necessário demonstrar a inscrição de todos os trabalhadores na Segurança Social; ou
- Compra de imóveis com um valor mínimo de € 500.000,00, o que inclui as seguintes situações:

(i) A compra em regime de compropriedade, desde que cada comproprietário tenha investido um valor mínimo de € 500.000,00, ou a assinatura de contrato-promessa de compra e venda, com pagamento de sinal igual, ou superior, a € 500.000,00, sendo necessária a apresentação do respectivo título de aquisição, antes do pedido de renovação da

autorização de residência em causa;

- (ii) Oneração sobre imóveis num valor superior a € 500.000,00;
- (iii) Imóveis arrendados para fins comerciais, agrícolas ou turísticos.

## III. Presença mínima em território português

Para efeitos de renovação da autorização de residência, exige-se ao investidor, para além do período de investimento mínimo de cinco anos, contado a partir da data da concessão da autorização de residência, que comprove, por exemplo, através do respectivo passaporte, que cumpriu o período mínimo de permanência no território português exigido, de sete dias consecutivos ou interpolados no primeiro ano, ou catorze dias consecutivos ou interpolados no período subsequente de dois anos.

## IV. Apresentação dos pedidos

O pedido para a concessão ou renovação dos “vistos dourados” deve ser realizado pessoalmente, no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF -, da área de residência do requerente. Nesta fase, é necessário demonstrar, mediante a apresentação dos documentos e declarações legalmente exigidos para o efeito, que se verificam os requisitos mínimos temporais e quantitativos exigidos. Adicionalmente, torna-se necessária a apresentação de



um documento no qual o candidato declare, sob compromisso de honra, o cumprimento dos requisitos mínimos quantitativos e temporais da actividade de investimento a desenvolver, ou desenvolvida, em território Português.

Lisboa, 20 de Maio de 2013

Rogério Fernandes Ferreira  
Mónica Respício Gonçalves  
Catarina Ribeiro Caldas

#### V. Grupo de Acompanhamento

Para efeitos de execução e aplicação do presente regime, foi criado um grupo de acompanhamento, constituído pelo Director-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, bem como pelo Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e, bem assim, pelo presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

#### VI. Conclusão

O Governo Português e os empresários esperam que o novo regime dos "vistos dourados" permita um aumento do número de investidores estrangeiros em Portugal, que poderão assumir um papel muito importante no crescimento da economia portuguesa.

Por outro lado, esta é também uma boa oportunidade para os investidores estrangeiros, que poderão aproveitar a maior abertura dos empresários e trabalhadores portugueses às suas propostas de investimento e, bem assim, investir no mercado imobiliário em Portugal, conhecido pelo seu clima mediterrâneo e praias.

A adesão aos "vistos dourados" tem apresentado, até agora, resultados positivos. Esperemos que este seja apenas o começo.